

CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EMENTA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: ESTADO E BUROCRACIA

CÓDIGO: MAD001031

ÁREA DE AVALIAÇÃO NA CAPES: DIREITO

CURSO: MESTRADO ACADÊMICO EM DIREITO

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DIREITO, ACESSO À JUSTIÇA E AO DESENVOLVIMENTO

CARGA HORÁRIA: 45 h

EMENTA:

Considerações gerais sobre o perfil do Estado brasileiro na vigente ordem jurídica e seu funcionamento burocratizado. Raízes históricas e teóricas da burocratização estatal. Burocracia, política e corrupção. A processualidade administrativa e seus aspectos conceituais. Burocracia versus processualidade. A processualidade administrativa como baliza para a atuação estatal. Princípios e tipologias do processo e do procedimento administrativo no Brasil. Processo administrativo e participação do administrado: Administração Pública dialógica como fator colaborativo do desenvolvimento. Processualidade administrativa in concreto no Estado brasileiro: entre a eficiência e a burocracia. Processualidade e burocracia estatais e suas feições específicas no desenvolvimento regional.

BIBLIOGRAFIA:

ALMEIDA, Andréa Alves de. Processualidade jurídica e legitimidade normativa, Belo Horizonte, Editora Fórum, 2005. _____. Espaço jurídico processual na discursividade, Curitiba, Editora CRV, 2013. ANDRADE, José Carlos Vieira De. A Justiça Administrativa, 13. ed., Coimbra, Almedina, 2014. ARAÚJO, Fabrício Simão da Cunha. A lealdade na processualidade democrática, Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2014. ÁVILA, Humberto. Moralidade, razoabilidade e eficiência na atividade administrativa. Rede: Revista Eletrônica de Direito do Estado, Salvador, n. 4, out./dez. 2005. BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves. Princípio constitucional da eficiência administrativa. 2. ed. rev. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2012. BRÜNING, Raulino Jacó. Corrupção: causas e tratamento, Florianópolis, 1997, Tese de doutoramento, UFSC. CAIXETA, Maria Cristina Diniz. O novo processo constitucional administrativo: sua importância na construção do Estado Democrático de Direito, Belo Horizonte, 2010, Dissertação de mestrado, PUC/MG. CAMPOS, Edmundo (organização e tradução). Sociologia da Burocracia. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978 CHICÓSKI, Davi. O princípio da eficiência e o procedimento administrativo, RDA 237, Rio de Janeiro, jul/set 2004, 93-118. CINTRA, Carlos César Sousa. O exercício, pelo poder executivo brasileiro, de funções tributárias: entre a procedimentalidade e a processualidade, São Paulo, 2005, Tese de doutoramento, PUC/SP. CUNHA, Paulo Ferreira. O procedimento administrativo, Coimbra, Almedina, 1987. DAHLSTRÖM, Carl and LAPUENTE, Victor and TEORELL, Jan, Bureaucracy, Politics and Corruption (2009). APSA 2009 Toronto Meeting Paper. Available at SSRN: <http://ssrn.com/abstract=1450742> ENTERRIA, Eduardo Garcia De. As transformações da justiça administrativa - da sindicabilidade restrita à plenitude

jurisdicional. uma mudança de paradigma? Trad. Fábio Medina Osório, Belo Horizonte, Fórum, 2010. ESPELAND, Wendy Nelson. Bureaucratizing, Democracy, Democratizing Bureaucracy. 25 Law& Soc. Inquiry 1077 2000. FERNANDES, Ivan FILIPE DE ALMEIDA LOPES. Burocracia e Política: a Construção Institucional da Política Comercial Brasileira Pós-Abertura Econômica, São Paulo, 2010. Dissertação de Mestrado, USP. FILHO, Romeu Felipe Bacellar. Princípios constitucionais do processo administrativo disciplinar. São Paulo: Max Limonad, 1998. MACHADO, Roberto Denis. Direito, política e poder, Belo Horizonte, 201, Tese de doutoramento, UFMG. MEDAUAR, Odete. A processualidade no direito administrativo, 2. ed., São Paulo, Revista dos Tribunais, 2008. _____. Direito Administrativo em Evolução, 3. ed., São Paulo, RT, 2017. DUARTE, David. Procedimentalização, participação e fundamentação: para uma concretização do princípio da imparcialidade administrativa como parâmetro decisório, Coimbra, Almedina, 1996. LIMA, Raimundo Marcio Ribeiro. Administração Pública dialógica, Curitiba, Juruá, 2013. LIMA, Maria Rosynette Oliveira. O devido processo legal, Porto Alegre, Sergio Antonio Fabris, 1999. LOUREIRO, João Carlos Simões Gonçalves. O procedimento administrativo entre a eficiência e a garantia dos particulares, Coimbra, Coimbra Editora, 1995. MARTINS, Ricardo Marcondes. O conceito científico de processo administrativo, RDA 235, Rio de Janeiro, jan/mar 2004, 321-381. NETO, Diogo de Figueiredo Moreira. Novos institutos concensuais da ação administrativa, RDA 231, Rio de Janeiro, jan/mar 2003, 129-156. OLIVEIRA, Leandro Corrêa de. O procedimento administrativo: entre o poder e a legitimidade, Curitiba, 2006, Dissertação de mestrado, UFPR. OLIVEIRA, Ocimar Barros de. Processo administrativo e democracia participativa, Leme, H Mizuno, 2014. PADOVANI, Emanuele and SCORSONE, Eric A., Challenges in the Comparative Analysis of Local Government Bureaucracy and Performance Measurement: The Case of Italy and the United States (September 4, 2007). Available at SSRN: <http://ssrn.com/abstract=1012023> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1012023> PAGOTTO, Leopoldo Ubiratan Carreiro . O combate à corrupção: a contribuição do direito econômico, São Paulo, 2010, Tese de doutoramento pela USP. PEREZ, Caio Frederico Fonseca Martinez. Burocracia estável e o princípio da eficiência na Administração Pública brasileira, São Paulo, 2016, Tese de doutoramento pela USP. PETIAN, Angélica. Regime jurídico dos processos administrativos, São Paulo, Malheiros, 2011. PRANDO, Ana Améla Fabres. Disfunção Burocrática: um estudo de caso do excesso de papel no DAOCS/UFES Vitória, 2013, Dissertação de Mestrado. QUEIROZ, Isis. Burocracia X Eficiência: O princípio do formalismo moderado como ferramenta de eficiência na Gestão Pública. Disponível em < <http://isisqueiroz.jusbrasil.com.br/artigos/112105696/burocracia-x-eficiencia-o-principio-do-formalismo-moderado-como-ferramenta-de-eficiencia-na-gestao-publica>>. Acesso em 3/2017. ROSSET, Patrícia. Relação entre poderes. São Paulo, 2012, Tese de doutoramento. SCHWANKA, Cristiane. A processualidade administrativa como instrumento de densificação da administração pública democrática: a conformação da administração pública consensual, Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais julho | agosto | setembro 2011 | v. 80 — n. 3 — ano XXIX, 69-95. SILVA, Vasco Pereira da. O Contencioso Administrativo no Divã da Psicanálise - Ensaio sobre as Acções no Novo Processo Administrativo, Coimbra, Almedina, 2009. VASCONCELOS, Flávio Carvalho de. Racionalidade, autoridade e burocracia: as bases da definição de um tipo de organização pós-burocrático, Revista de Administração Pública (RAP), Rio de Janeiro, 38(2), 199-220, mar./abr., 2004. WEBER, Max. O que é burocracia, CFA, s/d.